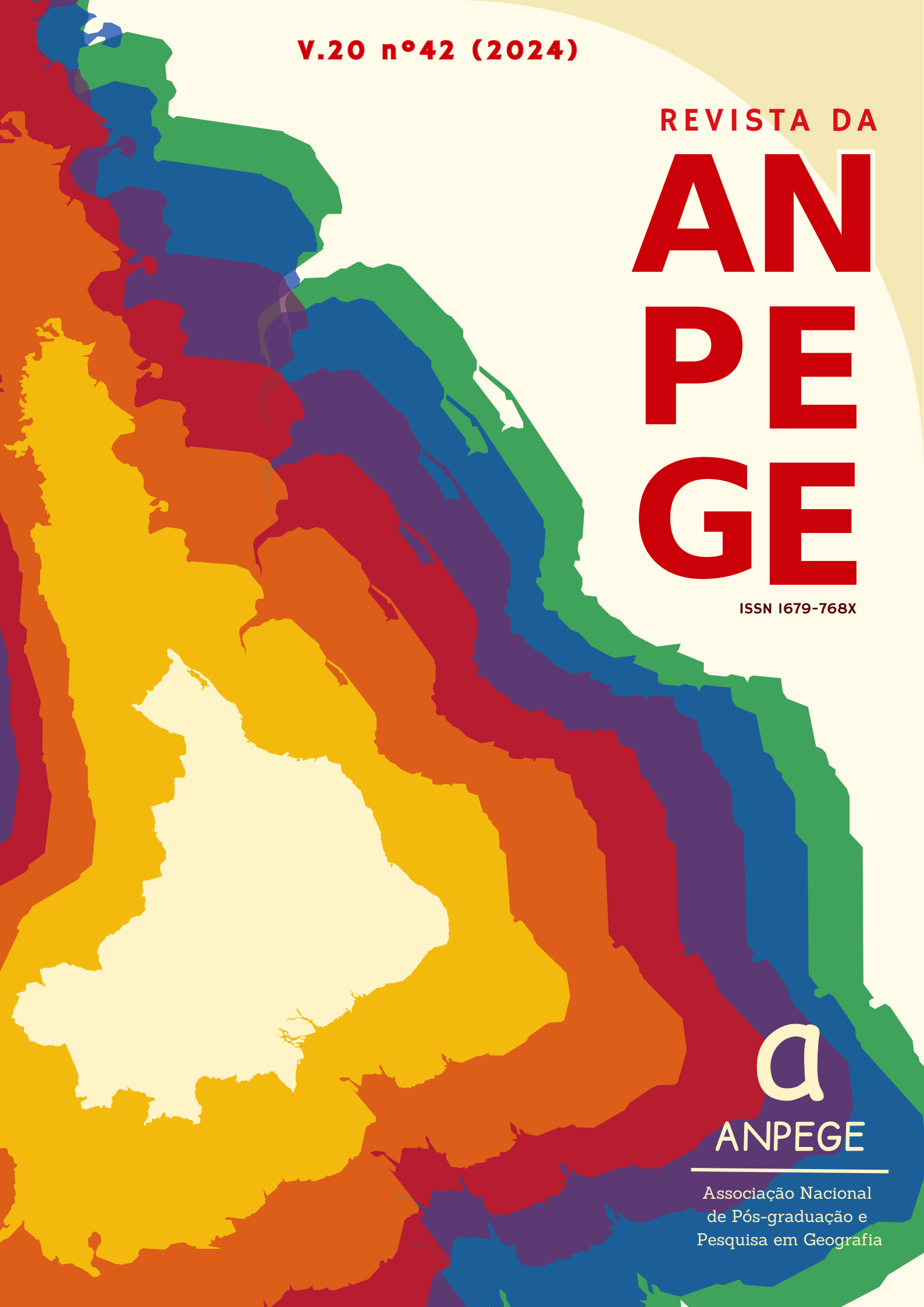
V.20 nº42 (2024)

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X



a ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
ANPEGE



HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

O efeito DIP e a ordem do discurso geográfico: censura, nacionalismo e território na Revista Brasileira de Geografia do IBGE durante o Estado Novo (1939-1945)

The DIP effect and the order of geographic discourse: censorship, nationalism and territory in the Brazilian Journal of Geography of the IBGE during the Estado Novo (1939-1945)

L'effet DIP et l'ordre du discours géographique : censure, nationalisme et territoire dans la revue de géographie brésilienne de l'IBGE pendant l'Estado Novo (1939-1945)

DOI: 10.5418/ra2024.v20i42.19161

GUILHERME DA SILVA RIBEIRO
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

V.20 n°42 (2024)
e-issn : 1679-768X

RESUMO: Mobilizando os conceitos de ordem do discurso e comunidades imaginadas desenvolvidos por Michel Foucault e Benedict Anderson, este artigo investiga o papel político da *Revista Brasileira de Geografia* durante o Estado Novo (1939-1945). Editada por um órgão estatal subordinado diretamente à presidência da República, o IBGE, a RBG sofre o que chamamos de "efeito DIP" e passa a determinar regras e normas para o conhecimento geográfico. Entretanto, graças a intelectuais, militares e homens políticos, com destaque para o Embaixador e presidente do IBGE José Carlos de Macedo Soares, a RBG também veiculou uma série de discursos territoriais em prol da identidade, unidade e soberania nacionais. Por meio desta *ordem do discurso geográfico* a RBG fazia propaganda do Estado Novo e, simultaneamente, embargava críticas à ditadura varguista.

Palavras-chave: Christovam Leite de Castro; Conselho Nacional de Geografia; Departamento de Imprensa e Propaganda; José Carlos de Macedo Soares; culto ao território.

ABSTRACT: Based on the concepts such as discursive order and imagined communities created by Michel Foucault and Benedict Anderson, this paper studied the political role played by the *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) during the Estado Novo (1939-1945). Published by a governmental institute directly subordinated to the presidence, the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), RBG undergoes what I called the 'Department of Press and Propaganda (DIP) effect' and starts to determine rules and norms for the geographical knowledge. However, thanks to intellectuals, militaries, and politicians – mostly José Carlos de Macedo Soares, Embassador and president of the IBGE –, RBG also divulged a set of territorial discourses for the benefit of identity, unity, and national sovereignty. Throughout this 'order of the geographical discourse', the RBG advertised the Estado Novo and, at the same time, prohibited any criticism against this authoritarian regime.

Keywords: Christovam Leite de Castro; National Council of Geography; Department of Press and Propaganda; José Carlos de Macedo Soares; worship of the territory.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

RÉSUMÉ: A partir des concepts tels que l'ordre du discours et communauté imaginée conçus par Michel Foucault et Benedict Anderson, cet article a étudié le rôle politique de la *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) pendant l'Estado Novo (1939-1945). Éditée par un institut fédéral directement subordonné à la presidence de la République, l'Institut Brésilien de Géographie et Statistiques (IBGE), la RBG est affectée par l'effet DIP (Departement de Presse et Propagande) et commence à déterminer des règles et des normes pour la connaissance géographique. Cependant, grâce à quelques intellectuelles, militaires et hommes politiques – surtout José Carlos de Macedo Soares, Ambassadeur et président de l'IBGE –, la RBG va propager une série de discourses territoriales au nom de l'identité, l'unité et souveraineté nationales. A travers de cette « ordre du discours géographique », la RBG peut faire la propagande de l'Estado Novo et, au même temps, interdire les critiques contre ce régime autoritaire.

Mots-clés: Christovam Leite de Castro; Conseil National de Géographie; Département de Presse et Propagande; José Carlos de Macedo Soares; culte au territoire.

Introdução

O estabelecimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Conselho Nacional de Geografia e da *Revista Brasileira de Geografia* (IBGE, CNG e RBG daqui em diante) na segunda metade da década de 1930 representa um dos capítulos mais frutíferos da geografia ocidental (Penha 1993, Almeida 2000). Ele só não é mais conhecido por que no Brasil o campo da história da geografia desenvolveu-se tardiamente a partir do final dos anos de 1970 e pelo fato de que trajetórias institucionais e intelectuais ocorridas em países periféricos são abertamente desvalorizadas em relação a laboratórios e universidades européias e norte-americanas. Para ir direto ao ponto (sem querer, porém, simplificar tema merecedor de atenção), um dos primeiros gestos a reverter essa situação é a recusa radical de toda e qualquer hierarquia linguística, científica e epistemológica entre sujeitos e lugares de conhecimento (Mignolo 2003 [2000], Santos 2007 [2000]).

Pensando assim, descortina-se um cenário no qual vários elementos aguçam a imaginação do pesquisador. Trata-se de um momento da história brasileira em que a geografia assumiu papel nuclear junto à modernização da administração pública federal promovida pelos governos de Getúlio Vargas entre os anos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Sua capilaridade era das mais ramificadas e abrangia tópicos como reconhecimento detalhado do espaço; levantamento das riquezas naturais; expertise de delimitação cartográfica para fins de gestão territorial otimizada; questões militares estratégicas

relativas à segurança, soberania e geopolítica; função ideológica capital visando o incremento do patriotismo por meio do ensino; nova área de atuação profissional em uma sociedade de massas a demandar o trabalho de docentes, técnicos e bacharéis... Enfim, estava em curso uma singular correspondência na qual a força dos temas geográficos associava-se à potência telúrica inscrita nas dimensões continentais do próprio território brasileiro.

Entretanto, parte desse dinamismo esteve associado à ditadura do Estado Novo, cuja vigilância sobre a produção e a circulação de discursos levou em 1939 à criação de um órgão governamental específico, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cujas atividades iam de concursos literários à prisão de escritores e ao banimento de livros (Grecco 2021). Contudo, fundada no mesmo ano que o DIP, embora a RBG venha chamando a atenção de historiadores e geógrafos nas últimas duas décadas a respeito dos mais diversos temas (Daou 2001, Angotti-Salgueiro 2005, Camargo 2009, Barcelos 2010, Gomes 2013a, Ribeiro 2015, Aquino 2016, Oliveira 2017, César & Pinto 2018, Ribeiro 2022, Lamego 2022), ela ainda não foi observada sob esse ângulo – o qual, porém, merece toda atenção, pois o impacto da RBG norteando o campo geográfico é indiscutível e parte dele transcorreu sob a égide de governos autoritários: primeiro, o Estado Novo (1937-1945), e, vinte anos depois, a ditadura civil-militar (1964-1985). Em outras palavras, o material difundido pelos dois periódicos de geografia do IBGE – o outro era o *Boletim Geográfico* (1943-1978) – foi necessariamente atravessado por uma série de coerções políticas, as quais podem ser examinadas à luz das exitosas abordagens contextuais no âmbito da história da geografia (Berdoulay 1995 [1981], Livingstone 1992, Escolar 1996 [1993]).

Se é fácil entender as razões pelas quais regimes anti-democráticos pretendem controlar informações e idéias, os motivos tornam-se ainda mais claros em virtude do *boom* de revistas, livros e traduções nas décadas de 1930 e 1940 (De Luca 2005, Rodrigues 2010, Oliveira 2015). Todavia, parte significativa desse fenômeno acontece também graças à atuação estatal: além de financiar empresas privadas como a Companhia Editora Nacional e a Livraria José Olympio, o Estado Novo encarnava a função de *editor* (Vieira 2019). Assim, admitindo a RBG como parte da imprensa em sentido amplo e que esse setor era "o mais eficiente do DIP" (Velloso 1982, p. 73), uma das questões centrais desta investigação visa saber como o DIP aparece nas páginas da RBG. Analisando a seção *Noticiário* ao longo de vinte e oito edições desde seu surgimento em 1939 até o fim do Estado Novo em 1945, a resposta passa pela natureza comunicativa da revista, a qual, argumentamos, define-se pela mescla entre *o compromisso intelectual de publicar o que havia de mais avançado na ciência geográfica da época e o comprometimento ideológico de ser um dos veículos oficiais do Estado Novo.*

A outra face da questão pode ser assim enunciada: mobilizando militares, intelectuais e ministros de Estado – com realce para o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE de 1936 a 1951 –, a RBG encontrou no *território* o conceito ideal para apoiar o regime.

Caracterizado pela busca ufanista da brasilidade, centralização estatal e autoritarismo nacionalista, tais aspectos relacionam-se com o fato de que na perspectiva do *statu quo* o espaço territorial ainda era algo a ser conquistado quer em termos empíricos, quer simbólicos. Assim, tópicos centrais na interpretação do Brasil nos séculos XIX e XX como a repartição acentuadamente desigual da população pelas regiões, a conquista do meio tropical e o contraste entre a "civilização" situada no litoral e a "barbárie" dos sertões (Maia 2008, Murari 2009, Lima 2013) foram enfrentados como problemas de Estado e, em conjunto, fizeram sobressair o *papel da geografia na invenção do Brasil moderno* ao eleger o território como símbolo inegociável capaz de amalgamar a unidade nacional.

Nesse sentido, verificamos que a RBG suplementa a função ideológica exercida por outros periódicos controlados pelo Estado Novo como *Oeste* (1942-1944), focalizando as potencialidades de Goiás e da Marcha para o Oeste, e, notadamente, *Cultura Política* (1941-1945). Enquanto este último constrói uma imagem do Brasil como ele deveria ser historicamente, o primeiro forja uma imagem do território brasileiro como ele deveria ser geograficamente – incluindo a *interdição*, em congressos de geografia e concursos de monografias municipais, de questões políticas e sociais que pudessem desencadear ou manifestar críticas ao regime. Portanto, estudar a RBG significa descobrir uma dupla camada na qual encontramos a valorização *da geografia* no âmbito do repertório das políticas culturais do Estado Novo *e do território* no esclarecimento do imaginário nacionalista do período – diversificando a rica literatura historiográfica e sociológica existente (Gomes 1996, 2013, Dutra 2012, Dutra e Silva, Tavares, Sá & Franco 2015, Maia & Almeida 2021).

O teor do material selecionado e a vontade de examiná-lo à luz da dimensão política levou-nos a adotar o conceito foucaultiano de *ordem do discurso*, pois ele possui o mérito de suspender as verdades científicas engendradas por um cogito pretensamente racionalista e individualista em nome da arqueologia das regras de emergência, reprodução e proscrição instituintes dos campos disciplinares. Ao fazê-lo, Foucault nos convida a pensar a ciência como um espaço *político* em torno do qual emanam várias mensagens, atores e poderes em conflito (Foucault 2000 [1968], 2008 [1971]). A complementá-lo, uma vez que o Estado Novo tem sido considerado um dos pontos-altos da questão nacional no Brasil (Pandolfi 1999), o conceito de *comunidades imaginadas*, tramado à luz da cultura e da relevância dos textos impressos por Benedict Anderson, iluminará o caso empírico em tela (Anderson 2008 [1983]).

Apoiado pela historiografia dedicada ao Estado Novo e ao DIP (Gomes 1996, 2013, De Luca 2011, Vieira 2019, Grecco 2021) e por fontes depositadas no Arquivo Nacional e no Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, o artigo divide-se em três partes: a primeira explora as contribuições metodológicas de Foucault e Anderson; a segunda investiga como e em quais circunstâncias o DIP aparece na RBG e as conexões do seu principal diretor,

Lourival Fontes, com o CNG; e a terceira analisa o "efeito DIP" na composição de uma ordem do discurso geográfico na qual o território assume função crucial.

Ordem do discurso e comunidades imaginadas: aportes metodológicos

Mesmo cientes de que *A arqueologia do saber* (Foucault 2000 [1968]) desafiou frontal e definitivamente a história das idéias ao criticar o primado do sujeito cognoscente, a exegese textual meramente erudita e o resgate de influências, tradições e evoluções, concernente aos objetivos deste artigo privilegiaremos outro trabalho de Foucault – o qual, de toda maneira, é inseparável do projeto arqueológico. Nascido como aula inaugural do *Collège de France* em 1970, cinquenta anos depois *A ordem do discurso* continua sendo um texto influente graças à sua capacidade de condensar uma agenda de pesquisas fundada nas ligações inseparáveis entre ciência, discurso e poder, as quais, por sua vez, conduzem Foucault a acentuar as *coerções* e as *proibições* como elementos instituintes dos campos científicos. A ciência não é um espaço ilimitado de conhecimento livre e desinteressado; ela possui regras de produção e reprodução que, atravessadas por contendas das mais variadas ordens – ele considera política e sexo como assuntos tabus, por exemplo (Foucault 2008, p.9 [1971]) –, legitimam uma verdade, uma *determinada* verdade, entendida como "prodigiosa maquinaria destinada a excluir" (idem, p.20) aqueles que ousarem contestá-la.

Ao insistir no arrazoado segundo o qual a vontade de verdade é, também, a vontade de poder, a crítica foucaultiana incide não apenas sobre as ciências e os efeitos da razão moderna, mas, igualmente, sobre as ações e as representações sociais. Como as ciências ganharam espaço cada vez maior no decorrer da consolidação das sociedades urbano-industriais e da estruturação dos Estados Nacionais Territoriais, podemos afirmar que o pensamento de Foucault configura uma espécie de contra-história da modernidade, uma diligência pelo que há de obscuro e sinistro em discursos e práticas outrora vistos apenas como racionais e emancipatórias.

Um desses efeitos atende pelo nome de *controle*, mecanismo a adquirir maiores proporções especialmente no interior das engrenagens de um regime autoritário. Embora um controle total das palavras e dos comportamentos seja impossível, é interessante observar como Foucault o posiciona no arcabouço retórico do texto em tela. Após recuperar o caso de Gregor Mendel na biologia do século XIX, cujas pesquisas pioneiras acerca da sexualidade das plantas não foram suficientes para desbancar o "erro disciplinado" (ibidem, p.35) de Matthias Schleiden, isto é, a obediência ao padrão científico da época rejeitando a sexualidade vegetal, ele prossegue: "A disciplina é um *princípio de controle da produção do discurso*. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras" (ibid., p.36, grifo nosso). Em uma passagem que parece complementar esta última, ele anota: "Creio que essa vontade de verdade, assim apoiada sobre um

suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção" (ibid., p.18).

Um fragmento extraído de uma entrevista de Foucault republicada no *Dits et Écrits* atinge o cerne da nossa investigação:

> "*O tipo de análise que eu pratico não se ocupa do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico onde o poder está implicado e pelo qual o poder funciona. O poder não está, pois, fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder*" (Foucault 1994, p. 465 [1978]).

As citações reproduzidas nos dois últimos parágrafos parecem ter sido feitas sob encomenda para radiografarmos o *modus operandi* do CNG, haja visto que ele estabelece certas regras para a produção do conhecimento geográfico e as faz conhecer através da RBG. Nomearemos esse fenômeno de *ordem do discurso geográfico*, cujos elementos empíricos serão apresentados na última secção deste artigo.

Tendo em vista que a outra face dessa ordem reside em como o território foi mobilizado pelo *statu quo* estadonovista visando o incremento do nacionalismo e da unidade nacional, o conceito de *comunidades imaginadas* desenvolvido por Anderson em seu livro homônimo (Anderson 2008 [1983]) ganha relevo em nossa pesquisa por, pelo menos, três motivos: em primeiro lugar, pela constituição geográfica dos argumentos como um todo, com destaque para a ruptura provocada pela emergência dos Estados nacionais territoriais no seio dos Impérios dinásticos multilingues europeus e de suas ex-colônias; em segundo, graças à sensibilidade em captar a formação dos nacionalismos atrelada à dimensão cultural (sem, com isto, negligenciar seu teor político); em terceiro, por evidenciar a importância do texto impresso (e, concomitantemente, das línguas) na fabricação e difusão do sentimento nacional.

Em linhas gerais, ao enfatizar os aspectos imaginativos Anderson colabora para desmitificar o fenômeno nacional concebendo-o como um miscelânea de elementos objetivos e subjetivos (o território e o mapa, a língua e a bandeira, o censo e o hino) que, em conjunto com o par esquecimento e lembrança (a cargo de museus e datas comemorativas), serão apropriados em termos de identidades nacionais. Esses e outros elementos possuem um quê de transcendentes (e, em boa medida, de surreais) a ponto de Marcel Détienne aproximá-los, com muita sagacidade, dos mitos, e, na sequência, propor o neologismo *mitideologias* (Detienne 2013 [2010]).

Entretanto, trata-se, por óbvio, de um fato social. Embora o título do livro de Détienne seja *A identidade nacional, um enigma,* não é difícil perceber que o significante *enigma* não está ligado à dificuldade de resolver uma questão, mas, sim, à incredulidade do autor em relação a como a identidade nacional tem sido levada tão a sério mesmo assentada em bases tão superficiais. Afinal,

seus argumentos e os de Anderson mostram exatamente a inexistência de qualquer esfinge: por meio do ensino primário obrigatório sob controle do Estado, da propaganda estatal organizada, da reescrita da história e do militarismo – quatro eixos do que Anderson chama de *nacionalismo oficial* (Anderson 2008, p.127-162 [1983]) –, as identidades nacionais são forjadas e reproduzem-se, ainda que de maneira desigual, por todas as camadas e esferas da vida social. Embora a geografia esteja bem representada no livro como um todo – incluindo o papel da cartografia na representação da nação no capítulo *Censo, mapa, museu* –, talvez seja útil acrescentar, baseado nas páginas a seguir, o item *culto ao território*.

Não por mera coincidência, todos esses quatro eixos estão presentes no Estado Novo.

Comunicação geográfica a serviço do Estado Novo

Nas tramas do poder: o DIP e Lourival Fontes, a RBG e Christovam Leite de Castro

Com a emergência das sociedades de massas e a consolidação dos Estados Nacionais Territoriais no século XX, uma das tarefas a assumir notória importância para os governos foi a *comunicação*, com a divulgação de realizações e ideais visando persuadir a população de que o governo estaria no caminho certo. A propaganda torna-se, assim, um dos eixos centrais das máquinas estatais modernas e, nesse sentido, o nazismo acabou por inspirar experiências semelhantes – inclusive do outro lado do Atlântico. Uma delas ocorreu ao redor de Getúlio Vargas, cuja tomada do poder via Revolução de 1930 (Skidmore 2010 [1967]) veio acompanhada da criação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP) em 1931, do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) em 1934 e do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) em 1938. Ou seja: a preocupação com a imagem do governo era capital. Contudo, foi em 1939 que surgiu a principal instância de comunicação e censura do Estado Novo, o DIP. Conforme o artigo segundo do decreto-lei que o originou (o qual inclui também a figura do *censor*), suas cinco divisões explicitam o alcance de seus tentáculos: (i) divulgação; (ii) rádio; (iii) teatro e cinema; (iv) imprensa; (v) turismo. Dentre seus fins estão:

> "*fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei; estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros, no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras, podendo, para isso, estabelecer e conceder prêmios; [e]* interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral" (grifo nosso) [1].

Embora hiperbólico, *onipresente* é um termo talhado para caracterizar o DIP pois, a partir de 1940, ele passou a contar também com ramificações estaduais, os DEIPs, além de atuar no estrangeiro

[1] Disponível no site da Câmara dos Deputados em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html . Acesso em 02.03.2023.

(Araújo 1984, De Luca 2011). Com o apoio de sua polícia política, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de um lado o DIP interceptava cartas, perseguia editoras, recolhia obras, prendia escritores, manipulava informações na imprensa; por outro, patrocinava prêmios literários, publicava livros, atraía intelectuais, fundava jornais e revistas (Gomes 1996:126). Embora saibamos das resistências e tensões tanto no próprio DIP quanto em um Estado repleto de camadas e interesses em disputa (Grecco 2021, Maia 2010), sua centralidade é inegável. Por meio dele, a censura foi "institucionalizada e nacionalizada" (Vieira 2019, p.63); submetido diretamente à presidência, Vargas era "constantemente informado por Lourival Fontes" (idem, p. 71) sobre as ações do DIP. Chefe do DIP, Fontes, ocupante do mesmo cargo no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural desde 1934, esteve na Alemanha nazista e na Itália fascista buscando instruir-se sobre organização de propaganda (Souza 1993, p.94), visitou Mussolini e, ao retornar, criou uma revista homônima à dele, a *Hierarquia*. Chegou a receber a alcunha de "Goebbels tupiniquim" (Oliveira 2001, p.37) e comandou o DIP com "mão de ferro" (idem). Nas palavras de um dos maiores opositores de Getúlio, Carlos Lacerda, "o criador do 'mito Vargas' foi Lourival Fontes" (ibidem, p.38).

Eloquências à parte, é preciso mergulhar a RBG nessa conjuntura. Dentre as prioridades elencadas pelo Estado Novo está a geografia, com o CNG figurando ao lado do Conselho Nacional de Estatística (cujo secretário-geral era Mário Augusto Teixeira de Freitas) como um dos dois pilares do IBGE. Se nos termos da época é fácil interpretar esse processo no sentido de um "empoderamento" da geografia, do ponto de vista retrospectivo diríamos que se tratou de uma grande *aposta* estatal, pois, a rigor, o Brasil sequer havia formado sua primeira turma na área. Não por acaso, a secretaria-geral do CNG foi preenchida pelo engenheiro geógrafo Christovam Leite de Castro – embora tal formação guardasse forte proximidade com a geografia, notadamente nos campos da topografia e da cartografia, numa tradição que remete a Euclides da Cunha (vide Santos 2021). O CNG logo veria suas funções ampliadas, pois em 1939 surgiria a RBG e, em 1943, o BG. Instalada a geografia no coração do Estado, tudo nos leva a crer na validade de uma reflexão que tome tais periódicos não apenas como científicos *stricto sensu*, mas, também, como *veículos estratégicos operadores das modernas técnicas de comunicação praticadas pelo DIP*.

De antepassados construtores em Minas Gerais e parente de José Fernandes Leite de Castro, Ministro da Guerra de Vargas de 1930 a 1932 (Pechman 1984), Christovam Leite de Castro pertenceu a um grupo de católicos conservadores que influenciou as políticas culturais e educacionais no Rio de Janeiro durante o Estado Novo (Almeida 1989, Miceli 1989), alcançou a vice-presidência da União Geográfica Internacional de 1949 a 1953 (Malavota 2013) e não permaneceria no cargo de secretário-geral do CNG até 1950 por acaso: o CNG e suas revistas (ele também era diretor de ambas) estavam em total sintonia com o regime. Em formalidade presidida pelo Embaixador Carlos de Lima Cavalcante na Cidade do México marcando o retorno do Brasil ao Instituto Pan-Americano de

Geografia e História em 1944, ele exibe seu alinhamento político contrastando a geopolítica alemã àquela em marcha no país e esgrime contorcionismos retóricos para sustentar a natureza *democrática* do Estado Novo e o federalismo da Revolução de 1930 contra uma provável fragmentação do território nacional:

> "*A atual situação política do Brasil é, por exemplo, uma magnífica página de geopolítica. Não dessa geopolítica dos totalitários, convertida tendenciosamente em fundamento científico dos conflitos mediante teorias de aplicações extravagantes como a dos espaços vitais — pobre ciência geográfica! —, mas, sim, dessa geopolítica verdadeira, construtiva, que imprime aos problemas políticos e econômicos soluções adequadas, naturais, harmônicas, de acordo com as condições do ambiente de modo que homem e natureza bem se ajustem. Somente um regime de essência democrática — democrático não tanto na forma clássica, mas no fundo, substancialmente, como reflexo real da nacionalidade — consegue fazer o que o Brasil fez e está fazendo, com fatos e não com palavras (...) Praticávamos até pouco tempo a democracia formal, baseada na federação seccionalista, com a qual corríamos o grave risco do fracionamento do país, conforme sintomas que já se faziam sentir de maneira alarmante na vida nacional. Surgiu então a Revolução de 1930, racionalizadora, realista, construtiva, a qual implantou no Brasil, depois de várias experiências e tentativas, o federalismo nacionalista*" (RBG, 1944, n.2, p.297-298).

Além de não deixar dúvidas sobre a visão de mundo de Leite de Castro, essa citação nos ajuda a reconstituir a atmosfera daqueles tempos em dois aspectos: a divisão no interior do Estado Novo entre partidários do nazi-fascismo e dos Estados Unidos (Oliveira 2001) e as fortes contestações, em vários artigos na RBG, sobre o que seria uma geopolítica ratzeliana a serviço da expansão territorial do III Reich. Entretanto, sabemos que a literatura tem mostrado a necessidade de distinguir o *Lebensraum* de Ratzel da geopolítica executada pelo Führer (Bassin 1987, 1987a, Smith, 1991) e que embora a palavra *geopolítica* porte uma carga negativa desde as deturpadas críticas de Lucien Febvre a Ratzel em 1922 mas, sobretudo, após a ascensão do nazi-fascismo, na teoria e na prática a geopolítica está muito longe de ser exclusividade germânica tal como o colonialista Albert Demangeon e o conselheiro do presidente Roosevelt Isaiah Bowman (para citar apenas dois) tentaram nos persuadir (Febvre 1922, Demangeon 1932, 1939, Bowman 1942, Smith 2003).

Autores de diferentes latitudes e tradições vêm fixando a importância dos suportes materiais impressos na transmissão e circulação das idéias (Anderson 2008 [1983], De Luca 2005, Ogborn & Withers 2010, Chartier 2021). Neste particular, os privilégios de uma revista financiada pelo Estado saltam aos olhos, especialmente em um contexto no qual o próprio CNG admitia uma relação direta entre o alto custo de impressão e a carência de textos técnico-científicos no país (RBG 1939, n.3, p.169). Complicava tal situação a manipulação do Estado Novo controlando empresas que poderiam ou não desfrutar da isenção de impostos para importação de papel, além do apoio econômico do Banco do Brasil a setores da imprensa favoráveis ao governo (Grecco 2021, p. 49-50, Vieira 2019, p. 53-55). Impressa nas oficinas do serviço gráfico do IBGE, a RBG não padecia desses males e, conforme a

resolução n.17 de 12 de julho de 1938 que lhe deu origem, era largamente distribuída tanto no Brasil quanto no exterior:

> "(...) *às autoridades superiores dos poderes da República; às presidências do Tribunal de Contas e dos Conselhos Nacionais, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e de seus Conselhos Regionais; aos serviços e representação de cada Ministério, no país e fóra dêle, de acôrdo com a relação que o mesmo fornecer; aos chefes dos governos regionais e respectivos secretários de Estado; às principais instituições econômicas e culturais do pais; aos órgãos regionais do Instituto e aos membros dos seus órgãos centrais; aos Diretórios Municipais de Geografia; às bibliotecas e escolas de ensino secundário e superior que forem mantidas pelos poderes públicos; à União Geográfica Internacional, à União Pan-Americana, às sociedades de geografia e instituições internacionais de maior significação; à principal organização geográfica de cada país estrangeiro, especialmente considerados os países aderentes à União Geográfica Internacional; às demais personalidades e corporações, a juízo do Diretório Central*" (RBG 1939 n. 3 p.139).

Em 1941, o próprio Leite de Castro enviou alguns volumes [2] ao coronel do exército Juarez Távora – um dos principais nomes na criação do IBGE (Senra 2016, p.69), apoiador da Revolução de 30 (e, posteriormente, do Golpe de 64 [Carvalho 2019]) e, à época, adido militar no Chile – e, em 1942, faria balanço orgulhoso sublinhando os "12 números trimestrais da 'Revista Brasileira de Geografia', impressos em 77 500 exemplares que se difundiram nos meios geográficos do País e do estrangeiro" [3] como parte das "atividades culturais" [4] do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica – repartição central do CNG. Ainda em 1942, sabemos pela própria revista que as quatro edições do ano anterior somaram vinte e oito mil exemplares (RBG, 1942, n.2, p.141). Cientes de que desde a primeira edição sua tiragem mínima contabilizava cinco mil exemplares (RBG 1939, n. 3, p.140), estamos diante de um projeto ambicioso envolvendo ampla circulação, atração de leitores os mais variados, divulgação política, finalidades pedagógicas… Um caso de sucesso, portanto – sobretudo se o compararmos à *Geografia*, periódico fundado em 1935 pela Associação dos Geógrafos Brasileiros em São Paulo sob iniciativa de Pierre Monbeig, Caio Prado Jr. e outros mas cujo fôlego não passou do ano seguinte (ver Huerta 2019). Em um gesto de franqueza, a RBG não esconde que "todos conhecem as dificuldades materiais que encontra para viver e prosperar uma revista científica, salvo se for poderosamente amparada" (RBG, 1941, n.1, p.181). Considerada "a primeira verdadeira revista da ciência geográfica no país" (idem), é curioso notar como a RBG se vê continuadora da trilha aberta pela *Geografia*, "cujo exemplo não ficou sem frutos" (ibidem).

Todavia, os dois periódicos são totalmente distintos. No início de 1941, a seção *Noticiário* da RBG anuncia aos seus leitores a presença do IBGE, do CNE e do CNG na XIII Feira Internacional de Amostras, "parte do brilhante programa com que todos os órgãos dos poderes públicos solenizaram o

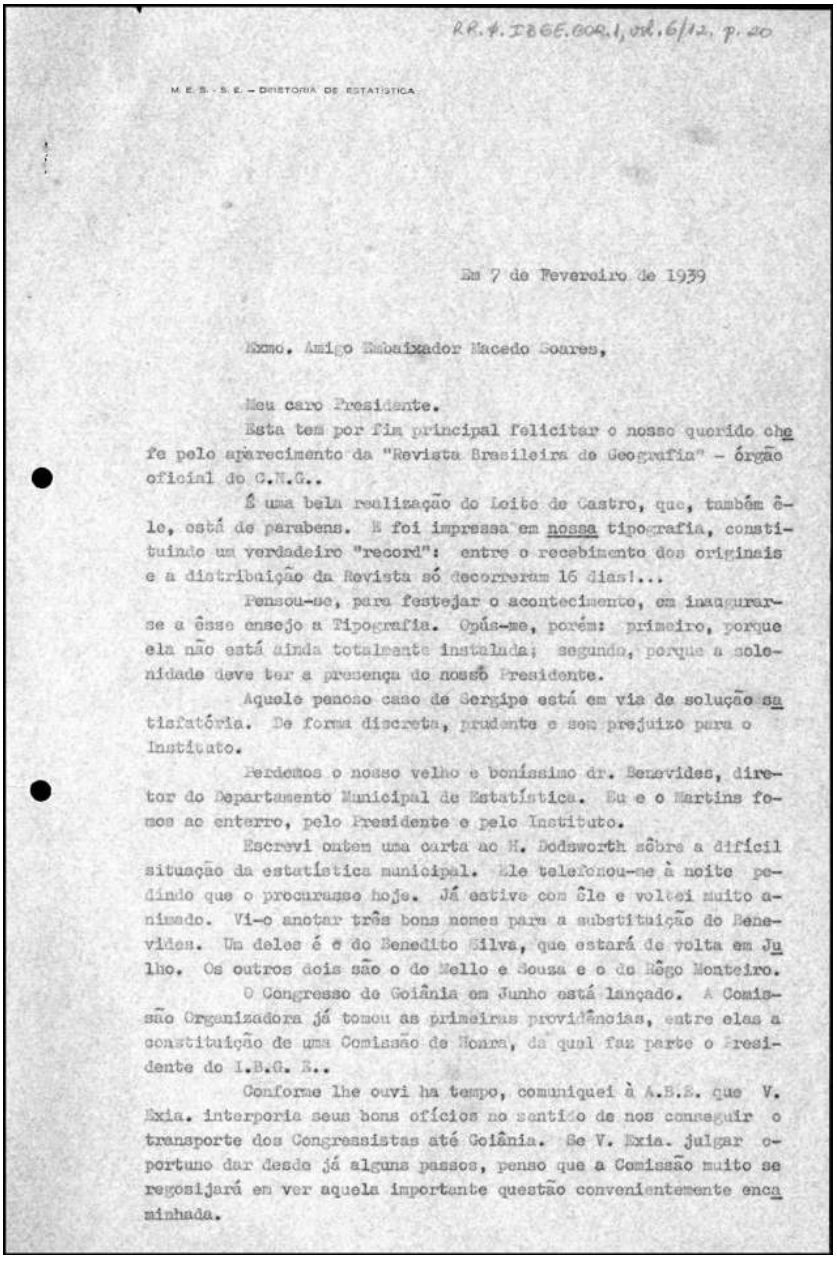
[2] CPDOC/FGV, Arquivo Juarez Távora, Classificação JT dpf 1941.09.18.
[3] Arquivo Nacional, Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, BR RJANRIO RR.0.IBG, EVE.2
[4] Arquivo Nacional, Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, BR RJANRIO RR.0.IBG, EVE.2

decênio do Governo Getúlio Vargas" (RBG 1941a n.1, p.168). Além de o CNG ter confeccionado uma maquete do Brasil em relevo e um mapa geral do Brasil em cores (referente à divisão política e às linhas de comunicação) a ser distribuído ao público, os visitantes do *stand* do IBGE eram presenteados com duas separatas da RBG "mandadas editar especialmente para tal fim" (idem): *Vultos da Geografia do Brasil* e *Tipos e Aspectos do Brasil*. Concernente a esta última (vide Daou 2001, Angotti-Salgueiro 2005), grifemos a conexão entre reprodução e consumo de imagens e formulação do *imaginário* sobre nação e nacionalismo durante o Estado Novo, com as paisagens regionais desenhadas por Percy Lau representando personagens e ambientes em plena harmonia e alheios a qualquer sinal de contradição social.

Em influente estudo, Sergio Miceli assinala: "(...) o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um 'negócio oficial', implicando um orçamento próprio, a criação de uma 'inteligentsia' e a intervenção em todos os setores da produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico" (Miceli 1989, p.96). Em carta a Macedo Soares em 7 de fevereiro de 1939, ao grifar o aparecimento da RBG Teixeira de Freitas não esquece de destacar sua condição de "órgão oficial do CNG" [5]. Enquadrando-se perfeitamente na caracterização de Miceli, gostaríamos de pontuar que um juízo ampliado sobre a RBG carece deslocá-la da condição de um periódico dedicado à geografia *stricto sensu* para reinvidicá-la como um *elemento ativo das políticas culturais do Estado Novo.*

Imagem 1: Correspondência de Teixeira de Freitas para Macedo Soares elogiando o surgimento da RBG, o trabalho de Leite de Castro e o maquinário de imprensa do IBGE

[5] Arquivo Nacional, Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, BR RJANRIO RR.0.IBG, COR.1, v.6 - Dossiê



RR.4.IBGE.COR.1,vol.6/12, p.20

M. E. S. - S. E. – DIRETORIA DE ESTATISTICA

Em 7 de Fevereiro de 1939

Exmo. Amigo Embaixador Macedo Soares,

Meu caro Presidente.

Esta tem por fim principal felicitar o nosso querido chefe pelo aparecimento da "Revista Brasileira de Geografia" – órgão oficial do C.N.G..

É uma bela realização do Leite de Castro, que, também êle, está de parabens. E foi impressa em nossa tipografia, constituindo um verdadeiro "record": entre o recebimento dos originais e a distribuição da Revista só decorreram 16 dias!...

Pensou-se, para festejar o acontecimento, em inaugurar-se a êsse ensejo a Tipografia. Opús-me, porém: primeiro, porque ela não está ainda totalmente instalada; segundo, porque a solenidade deve ter a presença do nosso Presidente.

Aquele penoso caso de Sergipe está em via de solução satisfatória. De forma discreta, prudente e sem prejuizo para o Instituto.

Perdemos o nosso velho e bonissimo dr. Benevides, diretor do Departamento Municipal de Estatística. Eu e o Martins fomos ao enterro, pelo Presidente e pelo Instituto.

Escrevi ontem uma carta ao M. Dodsworth sôbre a difícil situação da estatística municipal. Êle telefonou-me à noite pedindo que o procurasse hoje. Já estive com êle e voltei muito animado. Vi-o anotar três bons nomes para a substituição do Benevides. Um deles é o do Benedito Silva, que estará de volta em Julho. Os outros dois são o do Mello e Souza e o do Hélgo Monteiro.

O Congresso de Goiânia em Junho está lançado. A Comissão Organizadora já tomou as primeiras providências, entre elas a constituição de uma Comissão de Honra, da qual faz parte o Presidente do I.B.G.E..

Conforme lhe ouvi ha tempo, comuniquei à A.B.E. que V. Exia. interporia seus bons ofícios no sentido de nos conseguir o transporte dos Congressistas até Goiânia. Se V. Exia. julgar oportuno dar desde já alguns passos, penso que a Comissão muito se regosijará em ver aquela importante questão convenientemente encaminhada.

Créditos: Arquivo Nacional, Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, BR RJANRIO RR.0.IBG, COR.1, v.6 - Dossiê

O DIP na RBG

Adentrando na organização interna da RBG – formada basicamente pelas seções *Artigos*, *Vultos da geografia do Brasil*, *Comentários*, *Tipos e aspectos do Brasil* e *Noticiário* –, ao reproduzir na íntegra o discurso do seu diretor (como vimos anteriormente) a seção *Noticiário*, existente desde o número inaugural, nos fornece pistas sobre suas funções. Identificamos três delas: divulgar obituários, congressos geográficos, realizações do CNG e leis que guardem alguma relação com a geografia; estabelecer, como um jornal, uma comunicação direta com um público mais amplo para fins de

propaganda do regime; e servir como principal espaço de divulgação de eventos do DIP que possuíssem algum parentesco com a geografia – ainda que o DIP aparecesse também nas seções *Comentários*, *Atividades geográficas* e *Relatórios, Resoluções e Leis*.

Seguindo esse rastro, as primeiras menções ao DIP datam de 1940, quando este lança mão do *rádio* para promover a exposição de mapas municipais como corolário da "lei geográfica do Estado Novo", concebida pelo CNG determinando que cada município mapeasse seus limites [6] (RBG 1940 n.2 p.248). No mesmo ano, a ocorrer na capital federal com o propósito de fomentar o turismo nas estâncias climáticas e hidro-minerais, anuncia-se o II Congresso Nacional de Hidro-Climatismo. Lourival Fontes é apresentado como diretor do DIP e presidente do evento (RBG 1940 n.3 p.500). Uma pequenina nota comentando a realização do congresso, Fontes e o DIP aparece no último número do ano (RBG 1940 n. 4 p.670). Em 1941, o CNG envia a Fontes um inquérito a respeito do turismo no Brasil (RBG 1941 n.3 p.262) e essa informação é muito valiosa como pista de pesquisa, pois evidencia sua ligação *direta* com o *mainstream* geográfico: observando a listagem dos consultores técnicos nacionais do CNG disponibilizada pela RBG – da qual participavam luminares como Edgard Roquette-Pinto, Gilberto Freyre [7] e o General Rondon –, constatamos que o nome de Fontes aparece desde a primeira e permanece até o fim do Estado Novo respondendo pela secção dedicada ao turismo. Além disso, tal informação nos faz lembrar que o próprio DIP possuía um segmento consagrado a este tema – o que, evidentemente, não é mero acaso, pois o turismo também foi cooptado para fins de apologia ao Estado Novo (Santos Filho 2008). Ademais, se publicar livros e periódicos era responsabilidade tanto da Divisão de Divulgação quanto da de Turismo no interior do DIP (Vieira 2019:84), então podemos concluir que a RBG era um alvo duplamente vantajoso.

No número de abril-junho de 1941, o DIP surge como organizador de uma série de conferências sobre a Amazônia, assunto de extrema relevância para o Governo Vargas quer pela ocupação do território, quer pela produção de borracha e seu triplo impacto sobre as migrações internas, a economia nacional e a exportação para os Estados Unidos (Garfield 2006). A abertura coube ao político baiano Bernardino José de Sousa (RBG 1941, n.2, p. 470), famoso por seus escritos em prol da modernização da geografia (Sousa & Vaz 2019). No número de julho-setembro, quatro menções: (i) no II Congresso Inter-Americano de Municípios no Chile, o DIP promove uma exibição de filmes brasileiros, uma exposição de dois mil livros editados no Brasil, a subsequente doação deles à Biblioteca Pública de Santiago e palestras de Rosário Fusco (RBG 1941b, n.3, p.707). Aqui, dois aspectos se sobressaem:

[6] https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html . Acesso em 11 de abril de 2023.

[7] Embora tenha sido preso por disputas locais com o interventor de Pernambuco em 1942, Freyre logo foi solto graças à ação do governo federal. Seus projetos regionalista e nacionalista estavam em total convergência com as iniciativas e os propósitos do Estado Novo. Responsável pela secção de Geografia Urbana, segundo ele "Nenhum país tem hoje a importância do nosso para os estudos geográficos; nenhum estudo tem para nós, brasileiros, maior importância do que o de geografia física e cultural" (Freyre *apud* Mesquita 2018, p. 131).

em primeiro lugar, embora a nota não cite nada sobre tais livros, não é difícil deduzir que se trata de material ideológico, principalmente sabendo do rol de obras deste tipo remetidos, por exemplo, para os Estados Unidos e "cuja autoria e/ou publicação estiveram sob a responsabilidade do DNP ou do DIP" (De Luca 2011, p.277); em segundo, cumpre enfatizar a atuação de Fusco junto à *Cultura Política*, revista nascida "como a voz oficial da proposta estado-novista" (Gomes 1996, p. 127) e que tinha nele "um dos membros mais ativos de seu corpo editorial" (idem, p.129); (ii) o DIP organiza a conferência *A economia e o estado nas constituições republicanas* sob incumbência de Sá Filho (RBG 1941c, n.3, p.732), membro da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Fazenda durante o Estado Novo (Freitas s/d); (iii e iv) em discurso de balanço dos trabalhos do IBGE nos últimos cinco anos, Macedo Soares elogia a participação de Lourival Fontes como um dos conselheiros da Comissão Censitária Nacional (RBG 1941d, n.3, p.743), além de referir-se ao apoio do DIP no tocante ao acordo ortográfico Brasil-Portugal (idem, p.746). Essa participação já havia sido noticiada no final de 1939, quando Fontes ainda era diretor do então chamado Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural e a RBG destacara-o sob o rótulo de "brilhante publicista" (RBG 1939 n.4 p.132).

Em 1942, comemorações do Dia do Município – mais uma invenção varguista mirando a organização administrativa e a valorização da escala local, cf. decreto-lei n.846 de 9 de novembro de 1938 (RBG 1939a n.4 p.142) – conduzem Leite de Castro a Salvador, onde participa da inauguração de obras de melhoramentos urbanos e, via rádio, saúda os demais municípios baianos em transmissão "especial organizada pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda" (RBG 1942, n.1, p.174). A oportunidade não poderia ser mais propícia para ele enaltecer a já citada lei geográfica do Estado Novo. Em uma recepção do IBGE a governadores e interventores federais em 1939, Landulfo Alves, interventor que o acompanhara em Salvador, elogia a obra do Instituto como "mais uma afirmativa da vitalidade nacional, uma conquista do novo regime" (RBG 1940 n.1 p.97) e se coloca à disposição para "prosseguir nesse trabalho de organização da vida social iniciada com o advento do Estado Novo" (idem). Voltando a 1942, lemos que a recém-instalada comissão do VIII Congresso Brasileiro de Educação tem entre seus integrantes Leite de Castro, Raja Gabaglia e o incansável Lourival Fontes (RBG 1942a n.1 p.192). 1942, porém, é o ano da demissão de Fontes à frente do DIP, ocorrida quando o Brasil decide oficialmente pelos Aliados (cf. Oliveira 2001). Ele é substituído pelo major Antônio José Coelho dos Reis (Vieira 2019, p.74-5), o qual permanecerá no cargo apenas até o ano seguinte. Seu nome não aparece nenhuma vez na RBG.

Em 1943, a Comissão Organizadora Central do X Congresso Brasileiro de Geografia, cujo presidente de honra é o próprio Getúlio Vargas, despacha alguns de seus membros a São Paulo, onde Leite de Castro e Raja Gabaglia (presidente da comissão e professor de geografia do Colégio Pedro II) visitam certas instituições e, dentre elas, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda [DEIP] (RBG 1943 n.1 p.134). Por sua vez, a Delegação Regional do X Congresso em São Paulo, composta,

entre outros, pelo geógrafo francês e professor da USP Pierre Monbeig, realizou vários encontros com militares e órgãos militares tais como o Comandante da 2ª Região Militar, o Brigadeiro do Ar, a 4ª Zona Aérea e a Diretoria de Defesa Passiva Anti-Aérea, além de também ter ido ao DEIP (RBG 1943 n.2 p.125). O professor Geraldo Sampaio de Sousa, 2º secretário da Comissão Organizadora Central, foi recebido em Vitória pelo Interventor Federal, por Secretários de Estado e pelo Diretor do DIP, "tendo oportunidade de agradecer o apoio que o Governo e as altas autoridades estaduais vêm prestando à realização do certame" (RBG 1943, n.3, p.173).

Em 1944, somos informados que o X Congresso Brasileiro de Geografia teve como vice-presidente benemérito o capitão Amílcar Dutra de Meneses, presente *in loco* na abertura do evento e novo diretor geral do DIP (RBG 1944, n. 3, p.124). Uma das sessões do Congresso foi prestigiada pelo general Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra e futuro presidente do país, e por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde (idem, p.126). Outra notícia revelante é a do discurso de Macedo Soares sobre o novo quadro territorial brasileiro em programa radiofônico especialmente preparado pelo DIP (RBG 1944a n.2 p.151). Por fim, a sessão solene de instalação da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia teve lugar na capital federal; mais precisamente, no Palácio Tiradentes, mesmo edifício "onde atualmente está instalado o Departamento de Imprensa e Propaganda" (RBG 1944b n. 3 p.100). Organizada pelo CNG e presidida por Macedo Soares, é peculiar ver como essa reunião, envolvendo representantes de dezoito países (Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela), foi transformada em propaganda do Estado Novo. Com a RBG acompanhando atentamente as recepções oferecidas aos estrangeiros ora no Ministério das Relações Exteriores (idem, p.114), ora pelo próprio Vargas (ibidem, p.112-114), os visitantes também foram conduzidos a um extenso "trabalho de campo" (nossas aspas) pelos estados do Rio de Janeiro e S. Paulo. A parada na Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, uma das maiores realizações do Regime Vargas, tem, porém, valor especial: seu diretor técnico, coronel Edmundo de Macedo Soares, grifa o papel da usina para o desenvolvimento nacional como parte de uma "luta pelo legítimo direito de progredir" (ibid., p.118). O efeito publicitário do "campo" foi imediato. Durante o jantar, o capitão peruano Emilio Barron, em nome dos estrangeiros, declarou:

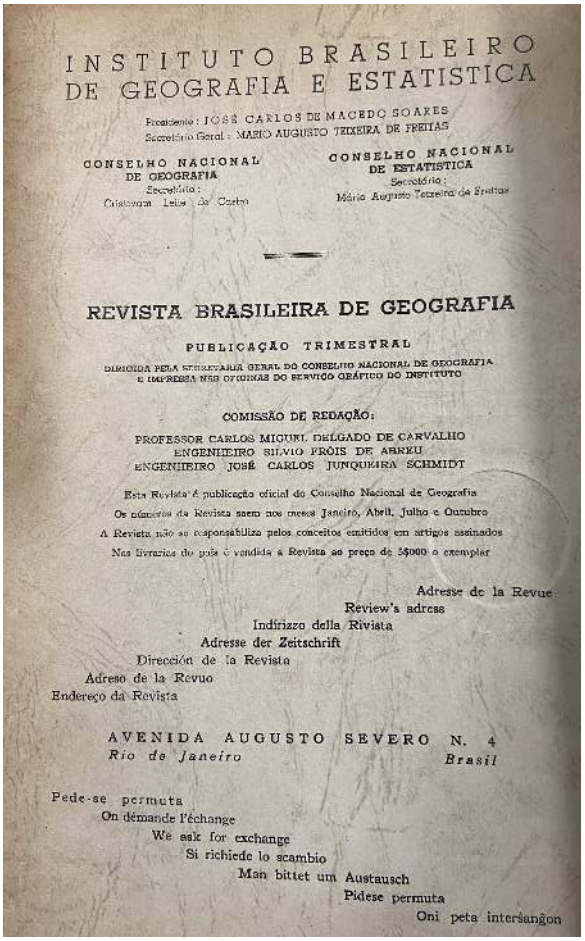
> "*Nada podia satisfazer mais ao espírito dos delegados que vir a este lugar, no próprio coração do Brasil, e pôr-se em contato com a alma brasileira, representada por esses trabalhadores; vir a esta colméia, com os operários, os técnicos e os dirigentes em harmoniosa conjugação de ideais americanos. Orgulhamo-nos desta grande e transcendental obra que este país irmão está realizando. Seja-me permitido neste solene momento, e no mesmo lugar em que se executaram os trabalhos, prestar a homenagem justiceira de nossa admiração a seu criador e propulsor, o Exmo Sr. Presidente Getúlio Vargas, grande figura da América, que com tenaz e patriótico empenho tem sido o incansável organizador*

> *desta realidade e que em breve terá a satisfação de ver coroados seus esforços*" (ibid., p.118-119).

É por noticiar as coisas dessa forma que a RBG estampa, na contracapa, os dizeres "Inscrito no Departamento de Imprensa e Propaganda". Espécie de selo de fidelidade para com o Estado Novo, sabemos, porém, das dificuldades em obtê-lo. Em 1940, mesmo uma revista autorizada pelo Estado Maior do Exército, a *Ilustração Militar Brasileira*, precisaria da intervenção de Oswaldo Aranha, poderoso ministro das Relações Exteriores, junto a Lourival Fontes para circular [8]. No ano seguinte, Aranha solicita a Fontes a revogação do embargo ao *Diário da Manhã*, jornal niteroiense "de sadia brasilidade e sã democracia, além de cooperar com o governo noticiando todos os atos" [9]. Até um modesto jornal de uma pequenina cidade paulista como Pinhal teve o registro negado. Sampaio Jr., seu diretor, não entende os motivos e faz questão de esclarecer: *A Notícia* é "puramente brasileiro e grande amigo do Estado Novo" [10]. Não podemos perder de vista que, além de diretor do DIP, Fontes também o era do Conselho Nacional de Imprensa, "cuja tarefa básica era fiscalizar a imprensa em todo o território nacional" (Gomes 1996, p.126). Expomos tais casos para contrastar com o fato de que nossas pesquisas de arquivo não localizaram nenhum documento do DIP suspeitando da RBG, sendo portanto um indício de que *ela obedecia à risca as diretrizes do Estado Novo.*

Imagem 2: Contracapas da RBG. À esquerda, o número inaugural (1939) sem menção ao DNP. À direita, a primeira vez em que aparece o "selo" do DIP (1941 n.1)

[8] CPDOC/FGV, Arquivo Oswaldo Aranha, Classificação OA cp 1940.05.20
[9] CPDOC/FGV, Arquivo Oswaldo Aranha, Classificação OA cp 1940.05.20
[10] CPDOC/FGV, Arquivo Oswaldo Aranha, Classificação OA cp 1940.05.20



INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Presidente: JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
Secretário Geral: MARIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
Secretário:
Cristovam Leite de Castro

CONSELHO NACIONAL DE ESTATISTICA
Secretário:
Mário Augusto Teixeira de Freitas

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

DIRIGIDA PELA SECRETARIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
E IMPRESSA NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

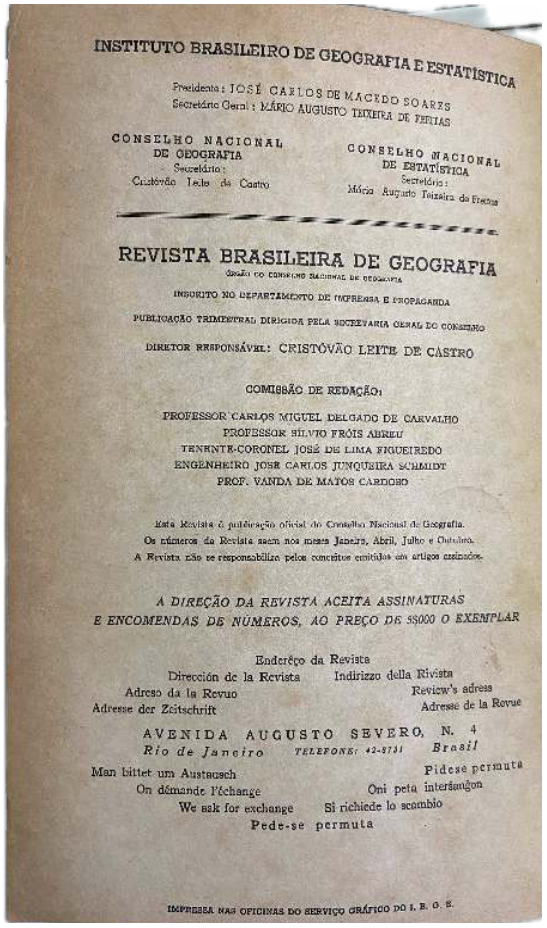
PROFESSOR CARLOS MIGUEL DELGADO DE CARVALHO
ENGENHEIRO SILVIO FRÓIS DE ABREU
ENGENHEIRO JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA SCHMIDT

Esta Revista é publicação oficial do Conselho Nacional de Geografia
Os números da Revista saem nos meses Janeiro, Abril, Julho e Outubro
A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados
Nas livrarias do país é vendida a Revista ao preço de 5$000 o exemplar

Adresse de la Revue
Review's adress
Indirizzo della Rivista
Adresse der Zeitschrift
Dirección de la Revista
Adreso de la Revuo
Endereço da Revista

AVENIDA AUGUSTO SEVERO N. 4
Rio de Janeiro *Brasil*

Pede-se permuta
On démande l'échange
We ask for exchange
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch
Pidese permuta
Oni peta intersangon



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Presidente: JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
Secretário Geral: MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
Secretário:
Cristóvão Leite de Castro

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Secretário:
Mário Augusto Teixeira de Freitas

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

INSCRITO NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DIRIGIDA PELA SECRETARIA GERAL DO CONSELHO

DIRETOR RESPONSÁVEL: CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

PROFESSOR CARLOS MIGUEL DELGADO DE CARVALHO
PROFESSOR SILVIO FRÓIS ABREU
TENENTE-CORONEL JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO
ENGENHEIRO JOSE CARLOS JUNQUEIRA SCHMIDT
PROF. VANDA DE MATOS CARDOSO

Esta Revista é publicação oficial do Conselho Nacional de Geografia.
Os números da Revista saem nos meses Janeiro, Abril, Julho e Outubro.
A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

A DIREÇÃO DA REVISTA ACEITA ASSINATURAS
E ENCOMENDAS DE NÚMEROS, AO PREÇO DE 5$000 O EXEMPLAR

Endereço da Revista
Dirección de la Revista
Indirizzo della Rivista
Adreso da la Revuo
Review's adress
Adresse der Zeitschrift
Adresse de la Revue

AVENIDA AUGUSTO SEVERO, N. 4
Rio de Janeiro TELEFONE: 42-8731 *Brasil*

Man bittet um Austausch
Pidese permuta
On démande l'échange
Oni peta intersangon
We ask for exchange
Si richiede lo scambio
Pede-se permuta

IMPRESSA NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I. B. G. E.

Créditos: Foto do autor, Biblioteca Central, PUC-RJ.

A ordem do discurso geográfico e o culto ao território nacional

A referida contracapa traz ainda outra observação: a "Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados". Embora tal advertência possa se referir aos juízos propriamente científicos dos textos, o conteúdo exposto na seção precedente nos autoriza a considerar o que denominaremos como "efeito DIP" na triagem dos artigos [11] e na estruturação das notícias. Para além de uma perspectiva idealizada (e, em boa medida, colonizada) sobre a presença francesa no Brasil imprimindo um ar internacional ao processo de modernização e profissionalização da geografia via IBGE (não nos esqueçamos da debochada e cortante crítica modernista nos anos vinte incidindo sobre a relação da intelectualidade brasileira com o estrangeiro [De Andrade 2017 [1928]), é preciso ressaltar que os primeiros anos da RBG foram atravessados pela censura dipeana e que, como vimos, o diretor da revista e do CNG Christovam Leite de Castro era homem de ação do Estado Novo. Assim, a observação acima separada deve ser lida mais como uma confissão de culpa que uma praxe científica.

[11] Embora os artigos não tenham sido objeto desta pesquisa, não faz sentido algum duvidarmos de que eles eram objeto de uma filtragem política. Afinal, a comissão de redação era selecionada "pelo Diretório Central *dentre os nomes indicados pela Secretaria do Conselho*" (RBG 1939 n.3 p. 140, grifo nosso).

Recalcada, ela transborda exatamente aquilo que pretende ocultar: a não divulgação de qualquer artigo contrário ao regime.

As possibilidades de elucidar esse quadro empírico ampliam-se ao empregarmos o conceito de *ordem do discurso* e sua ênfase nas injunções a que são submetidos métodos, categorias e idéias. Longe de ser livre, a produção científica é filtrada por determinadas regras, cabendo à pesquisa crítica identificar historicamente suas feições, regularidades e ocorrências (Foucault 1971). No caso em tela, a RBG será o instrumento através do qual o CNG delimitará o campo geográfico elaborando normas encarregadas de legitimá-lo.

Segundo o artifício de criar competições visando demonstrar o apreço do regime pela esfera cultural e cooptar participantes, as "bases" (o termo é da própria RBG 1941 n.4 p.122) do concurso de monografias de aspectos municipais preparado pela secretaria geral do CNG em 1941 para acontecer no ano seguinte – o qual, inclusive, oferece somas em dinheiro para as cinco primeiras colocações – são bastante claras:

> "*A monografia ou estudo deverá ter cunho geográfico, ocupando-se exclusivamente da documentação, da descrição ou das considerações de ordem geográfica o assunto territorial focalizado. Não deverão ser incluídas considerações históricas, filosóficas, referências pessoais ou de outra ordem que não dêem sentido geográfico à explanação do assunto da monografia, a qual deverá tratar diretamente, sem rodeios, do tema escolhido*" (idem).

Uma nova edição do concurso em 1943 repetirá as mesmas normas (desta vez, a revista usa o termo "instruções" [RBG 1943a n.1 p.145]), mas com uma diferença: a preferência por trabalhos consagrados ao *relevo* (idem, p.146), o que tão somente reforça o teor *político* dessas instruções. No mesmo tom, o regimento do X Congresso Brasileiro de Geografia divulgado pela RBG em 1941 e 1942 é categórico e torna-se ainda mais expressivo ao consultarmos as regras do IX Congresso: elaborado antes do surgimento do DIP, nele não há qualquer restrição semelhante (RBG 1939b n.4, p.125-128).

> "*Será motivo de recusa de qualquer tese, memória ou trabalho o fato de nele serem tratados, ainda que leve ou indiretamente, assuntos de política interna ou internacional, questões religiosas, sociais e outras, que possam suscitar polêmicas ou controvérsias e provocar suscetibilidades inconvenientes às altas finalidades dos Congressos Brasileiros de Geografia*" (RBG, 1941a, n. 3, p.171. Ver, também, RBG 1942 n.3 p.193).

Na medida em que editar a RBG era *tarefa de Estado*, cumpria portanto traçar uma ordem discursiva *capaz de fazer avançar os conhecimentos geográficos porém sem questionar o estadonovismo*. Afinal de contas, "os Congressos Brasileiros de Geografia servem, no mais alto grau, à idéia de coesão e unidade nacional, e fomentam o estudo do solo, base indispensável às nações" (RBG 1943 n.1 p.133), decretava Raja Gabaglia. Entretanto, nossa pesquisa apurou que a complexidade dessa ordem não estava apenas na interdição de temas políticos e sociais, mas também em sua instrumentalização *pelos intelectuais do regime*. Afinal, um dos atributos da geografia residia

exatamente em sua utilidade política e, nesse movimento, o conceito de *território* emergia dotado do poder *sui generis* de imantar o povo, o Estado e a nação. Por meio dele seria possível urdir uma "consciência nacional" amalgamando dois aspectos: de um lado, um apelo pragmático no sentido de pátria a ser defendida; de outro, um chamado subjetivo no sentido de terra afetiva a ser incensada. Em ambos os casos, graças a predicados relacionados à experiência sensível proporcionada por lugares, paisagens e culturas materiais, a geografia acabou por assumir o papel de linguagem privilegiada em virtude de sua capacidade de fomentar o sentimento nacionalista tão caro ao Estado Novo.

"É profundamente nacionalizadora a geografia (...) todo aquele que [a ela] se aplica redobra em seu coração o sagrado amor à Pátria querida" (RBG 1940a n.3 p.462-3) – declama, com estética católica, Leite de Castro em palestra no Instituto de Estudos Brasileiros. Para levar adiante missão tão especial, dois grupos profissionais se destacavam: os professores, cujas responsabilidades educacionais perante aos jovens, "a mais patriótica" das tarefas segundo Leite de Castro (RBG 1941b n1 p.168), incidem diretamente na "formação da nacionalidade" (idem); e os geógrafos, a quem Macedo Soares qualifica como "obreiros da geografia nacional" (RBG 1942 n.4, p.171) e cujos saberes sobre o território brasileiro, incluindo "o carinho que devotam à terra palmilhada" (idem), capacitam-lhes a serem "líderes da coesão nacional" (ibidem). Afinal, "o conhecimento da terra pátria não deve constituir apenas um elemento de instrução senão também e sobretudo um motivo de educação ou exaltação patriótica…", assegura o Diretório Central do CNG (RBG 1941c n.1 p.150). Ou seja: a modernidade suscitada pelas técnicas cartográficas e pela análise das paisagens não suprimia a invocação emocional, o espetáculo cívico propiciado pela geografia. Essa convocação, se não se pode chamá-la de censura, não deixa de ser uma espécie de coerção. Além disso, dissolvia-se assim, ao menos na superfície, as clivagens e as contradições de classe — sobretudo em uma conjuntura de intensa propaganda e ações anticomunistas perpetradas pelo Estado Novo, cuja tragédia maior é a prisão e deportação de Olga Benário Prestes para a Alemanha e seu assassinato pelos nazistas em 1942 (Morais 1985).

A compreensão desse quadro passa por acentuar que os predicados geográficos acima mencionados foram *potencializados* pela RBG. Mesclando textos científicos, comentários, notícias, fotografias, desenhos e mapas e explorando a força da combinação entre rádio e revista, palavra falada e palavra impressa, a RBG se apresentava como o meio de comunicação moderno e de longo alcance apto a valorizar a *expertise* geográfica e as realizações governamentais de uma só vez.

Vejamos um exemplo: finalizada com êxito a campanha da "lei geográfica" dirigida pelo CNG, Macedo Soares participa do famoso programa de rádio *Hora do Brasil* idealizado por Armando Campos em 1935 para popularizar a figura de Vargas. A seção *Comentários* da RBG destaca a transmissão de 24 de março de 1940 como uma "irradiação especial" (RBG 1940 n.2 p.248) organizada pelo DIP e que as cartas municipais conduziram Macedo Soares a relacionar a doutrina do

espaço vital à rarefeita ligação da população brasileira com a terra [12]. Na sequência, assim se expressa o presidente do IBGE:

> "*O Conselho Nacional de Geografia, determinando que na data do terceiro aniversário de sua criação fôsse inaugurada, na Capital de cada unidade Federada, a exposição dos mapas municipais, demonstrou concretamente as possibilidades da modernissima Geografia psicológica criando um movimento de psicologia coletiva em todo o âmbito Nacional tendo em vista fixar relações entre a alma humana e a descrição do território do país, o Conselho Nacional de Geografia proporcionou aos mestres escreverem as primeiras páginas da Geografia Psicológica do Brasil*" (idem p.249).

Cientes da francofonia da *intelligentsia* brasileira da época, essa passagem pode ecoar as vozes de uma gama de intelectuais como Gautier, Brunhes, Demangeon, Sorre, Siegfried, Gottmann, Monbeig e Hardy, os quais escreveram sobre geografia psicológica visando incrementar o domínio da geografia humana durante a primeira metade do século passado (Ozouf-Marignier 2006, Ferraz 2021). Entretanto, deslocando-se da historiografia para a teoria, a "moderníssima Geografia psicológica" evocada por Macedo Soares deve ser situada enquanto momento-chave de um fenômeno conhecido como "invenção do território" (Alliès, 1980), o qual, no período entre as últimas décadas do Império e as primeiras da República, foi marcado pela delimitação das fronteiras externas graças aos esforços do Barão do Rio Branco e, internamente, pela disparidade entre sertão e litoral alçada a dilema civilizatório opondo natureza e cultura (e imortalizada em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902 [Cunha 2016] Ver, também, Costa Lima, 1997, Santos 2018, 2021). Na sequência, imerso na Marcha para o Oeste perpetrada pelo Estado Novo cujo intuito era exatamente o de atacar aquela disparidade enaltecendo o interior do país e estimulando sua ocupação e a construção de infra-estrutura de transporte e comunicação (Gomes 2013), o discurso de Macedo Soares só será plenamente assimilado quando complementado pela "invenção do nacionalismo" (Geary 2005 [2002]), pois o território é uma das principais fontes a partir das quais o nacionalismo extrai e elabora os componentes simbólicos capazes de sustentá-lo ideologicamente. Destarte, conquistar, domar, povoar território tão vasto e matizado significava não apenas progresso e desenvolvimento econômicos, mas, também, a oportunidade de promover o encontro do Brasil com os brasileiros, com sua "alma". Se através do elogio estadonovista ao trabalho um novo homem estava em curso (Gomes 1982), através da geografia um novo imaginário espacial ganhava forma – e a RBG teve papel nisto.

Em virtude da V sessão ordinária da assembléia geral dos conselhos nacionais de estatística e geografia, ocorrida excepcionalmente em Goiânia em 1942 a fim de celebrar o batismo cultural da

[12] A matéria aponta ser de um professor norte-americano a observação sobre a fragilidade dos laços entre povo e terra no Brasil. Há boas chances de ter sido Preston James, que fez trabalhos de campo no país e teve alguns artigos sobre o Brasil traduzidos pela RBG e pelo BG nas décadas de trinta e quarenta. A passagem dá margem para pensarmos que Macedo Soares não despreza o espaço vital [*Lebensraum*], famoso conceito de Ratzel que, apropriado pelo III Reich, acabou por associá-lo – equivocadamente – à geopolítica praticada pelo nazismo.

capital do Estado de Goiás – e, evidentemente, a vitória contra o "sertão" –, Macedo Soares expediu outro discurso (lido perante a assembléia, pois ele não compareceu à ocasião) saudando a iniciativa urbana-administrativa do interventor Pedro Ludovico Teixeira (médico contrário ao poderio oligárquico dos coronéis da fronteira, cf. Dutra e Silva, Tavares, Sá & Franco 2015) e o campo da estatística pela contribuição ao recenseamento de 1940 e à coisa pública em geral. Contudo, quem dominou a cena foi a geografia: mais que uma ciência a cartografar e analisar ambientes, ela é uma sorte de *metadiscurso* em que o homem se confunde com o território e o território se confunde com o homem. Indiscerníveis do ponto de vista de sua *unidade*, ao observarmos de perto surge, porém, uma figura desse amálgama: a terra pátria, alçada à condição de objeto totêmico, mítico.

Nas palavras de Macedo Soares:

> *"(...) aceitemos a contingência misteriosa do milagre telúrico que emergiu dos 'sertões', como se a própria voz da terra conclamasse a audácia dos homens para a epopéia da conquista e do desbravamento: nenhuma outra, mais do que elas, poderá refletir os grandes valores morais que disciplinam o ritmo da nossa história. Valores de coesão, ante as fôrças desagregadoras das tradições transmitidas pelo Império e a Fé; valores de autonomia, a antecipar na consciência geográfica da pátria ainda informe o próprio sentido de sua soberania política; e valores de unidade, que permitiram ao Brasil conservar-se fiel à sua vocação cristã, sob o signo eterno da mesma Cruz há quase três séculos erguida nas terras fecundas dos Goiases pelas mãos predestinadas de ANHANGUERA*" (RBG 1942a n.3 p.177).

Assim, é curioso notar que a emergência do Brasil moderno passa, necessariamente, por um apanágio pré-moderno: o mito. Em sua crítica aos elementos "fundadores" do Brasil tecidos sob o signo do conservadorismo e do autoritarismo, a seleção do conceito *mito* pela filósofa Marilena Chauí não foi acidental (Chauí 2000). Relicário de promessas e poderes misteriosos a serem despertados, parte das esperanças da pátria estavam depositadas e projetadas *no território*. Logo, não é exagero assinalar: o território é uma espécie de *totem*, isto é, objeto de culto com alta carga simbólica, para os Estados Nacionais Modernos. Os elementos componentes da prosa de Macedo Soares nos ajudam a perceber como se arquiteta a ordem do discurso geográfico: ao mesmo tempo em que autoriza o apelo às tradições inventadas e às glórias de um passado romantizado de conquistas, o *território-totem* permite também aceder à transcendência telúrica, à voz da terra, a valores religiosos. Essa transcendência é importante por seu alto grau de persuasão, por atuar no nível de uma convergência coletiva inconsciente, *quase* inquestionável. Estendendo o raciocínio, conquistar o território, isto é, ir em busca dele, reveste-se de um sentido *missionário*. A terra ignota seria, portanto, fonte da conversão, e o povo brasileiro, objeto a ser convertido. Vargas é o novo Anhanguera.

Em seu aniversário de seis anos, o IBGE encaminha uma longa carta ao presidente Vargas. Reproduzida pela RBG, ela desnuda a representação oficial ao redor da Marcha para o Oeste na qual Goiânia é um marco, a

> "(...) *primeira e vitoriosa etapa da nova arrancada bandeirante a que o Estado Novo convoca tôdas as energias nacionais: o avanço impetuoso da civilização Brasil adentro, num vigoroso e sadio espírito imperialista e colonizador intra-fronteiras, dando ao país, afinal, a posse integral do patrimônio magnífico que lhe está nas mãos e, com isto, a segurança definitiva dos seus grandiosos destinos históricos.*" (RBG 1942a n.2 p.152).

Em termos foucaultianos, os significantes *arrancada*, *bandeirante*, *energia*, *avanço*, *civilização*, *vigoroso*, *sadio*, *imperialista*, *colonizador*, *posse, patrimônio* e *destino* compõem um arquivo lexical precioso. São unidades de um discurso que, uma vez reunidas, ratificam a existência de uma *metafísica do território*, integrando assim o caso brasileiro às clássicas reflexões de Ratzel e Vidal de la Blache sobre a ligação orgânica e espiritual de alemães e franceses com seus respectivos solos e o papel destes na constituição das nações e dos nacionalismos (Ratzel 2011, p.22 [1896], Vidal de la Blache 2007, p.344 [1903]).

Manifestação sintomática a esse respeito ocorreu em 1940, quando o Palácio do Catete, sede da República e residência oficial do chefe de governo, transmutou-se em palco de "As palavras dos Estados", cerimônia na qual terras de todos os Estados do Brasil foram reunidas e entregues a Vargas. Cercado por ministros de diferentes pastas, pelo chefe do gabinete militar da presidência e por Lourival Fontes (vestindo terno branco na primeira fila, o DIP, vejam só, era o responsável pelo evento), quem se encontra bem ao lado de Vargas é, porém, um sacerdote, o Monsenhor Mac Dowell (parente direto da esposa de Leite de Castro), e podemos deduzir que sua função ali não era outra senão a de *sacralizar* o evento *abençoando* aquelas terras. No centro da foto – por si só um discurso, uma peça de propaganda política cuidadosamente concebida e não apenas mera ilustração –, belamente adornada, uma urna de prata reforça o caráter religioso da cena. Não por acaso, nos dizeres do presidente Vargas, tratava-se da "urna-símbolo da unidade da Pátria – como uma dádiva sagrada, como se fora a hóstia da comunhão da terra brasileira" (Vargas 1940 *apud* Fraga 2017, p.172-3). Valorizava-se a diversidade dos estados da federação, mas desde que submetidos ao poder central, guardião da unidade e da soberania territorial.

Enfim, seja da comunidade imaginada brasileira, seja da propaganda estado-novista, o território torna-se, literalmente, *protagonista*. Afinal, não existe unidade nacional sem território. É dessa maneira que as "comunidades imaginadas" são forjadas.

Imagem 2: Culto ao território



Créditos: Arquivo Nacional [13]

Acima evocada, a metafísica do território possui muitas camadas. Situado no coração das preocupações estatais, na teoria e na prática o território integrava uma *política de governo* na qual o CNG e a RBG atuavam nos ramos da concepção e da transmissão, respectivamente. Na Assembléia Geral de 21 de julho de 1939, a resolução 59 do CNG é inequívoca: "(…) o conhecimento do território, em todos os seus aspectos naturais e humanos, é do mais alto interesse nacional" (RBG 1940a n.1 p.128). Tal interesse assume outro patamar ao eclodir a Segunda Guerra Mundial – inclusive entre militares, obviamente, os quais tanto participavam do Diretório Central do CNG (representantes do Ministério da Guerra como o General José Antônio Coelho Neto, p. ex. [RBG 1941e n.1 p.155]) quanto publicavam na RBG. Em 1942, uma conferência em Goiânia do general Sousa Docca, consultor técnico dos dois Conselhos do IBGE, focalizou "a relação existente entre a estatística e a geografia e os problemas de segurança nacional" (RBG 1942b n.3, p.153). No mesmo ano, em visita ao IBGE dos oficiais recém-formados no curso do Estado Maior do Exército, a revista sublinha a ênfase dos oradores na relevância do Instituto "para o seguro encaminhamento dos problemas de segurança nacional" (RBG 1942c n.2 p.168).

Do lado dos políticos, Macedo Soares alerta para os perigos representados pela Quinta Coluna, isto é, espiões estrangeiros cujas condutas poderiam colocar a nação em risco. Se encontrassem algo estranho como, por exemplo, trabalhos de campo sem justificativa transparente, os geógrafos brasileiros deveriam denunciar o caso às autoridades competentes. Conversas e acessos a gabinetes e documentos estavam vedados às nacionalidades pertencentes ao Eixo. Enfim, cumpria aos geógrafos "(...) usar do máximo cuidado no proporcionar a terceiros informações sobre o nosso território (...)" (RBG 1942 n.4 p.172). No mesmo tom, mas por outro ângulo, ao receber a comissão organizadora do

[13] Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.2630 – Dossiê.

X Congresso Brasileiro de Geografia em 1941 o poderoso ministro Capanema elogia-a por "assegurar ao estudo e à crítica os problemas brasileiros atinentes à geografia propriamente dita e à geopolítica em geral, os quais envolvem questões de alto interêsse para o Governo" (RBG 1941 n.3 p.174). Em mais uma de Capanema registrada pela revista, ao ser eleito sócio benemérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil ele articula geografia, história e patriotismo dizendo o seguinte: "Nesta hora em que o primeiro ponto de nosso programa político é armar a Nação, em que as forças armadas nacionais tomam uma organização e um espírito de tão excepcional envergadura, não poderiam ser deixados em segundo plano êsses estudos especiais, tão reconhecida é a sua decisiva importância para a guerra" (RBG 1941a n.4 p.125).

Outro exemplo de ordem discursiva e de cruzamento entre as escalas nacional e internacional conformando a geopolítica ocorre em 1941, quando o ministro João Severiano Fonseca Hermes passou a integrar o Diretório Central do CNG na condição de representante especial do Ministério das Relações Exteriores. Ao introduzi-lo, Fernando Antônio Raja Gabaglia, professor do Colégio Pedro II e também membro desse Diretório, sinalizou sua contribuição a "um dos setores mais novos e mais interessantes da ciência geográfica: a Geopolítica" (RBG 1941f n.3 p.198). Guardando forte semelhança com os raciocínios de Halford J. Mackinder no início do século vinte sobre a geografia como parte essencial da formação intelectual do homem de Estado e instrumento de ação e execução de políticas (Mackinder 1911), para o ministro as atividades do IBGE, cercadas de nacionalismo e patriotismo desde sua fundação, testemunhavam a "visão geopolítica do zeloso Governo (...)" (ibidem, p.199). Enodando a delimitação das fronteiras territoriais realizada pelos diplomatas do passado à dos municípios efetuada pelo CNG, Fonseca Hermes reflete:

> "*Sem conhecimento da terra, sem da terra tirar as ilações e os têrmos de relação entre a vida e o 'habitat', sem perfeita percepção dos recursos que o solo pode e deve proporcionar, sem que possível seja induzir e incentivar o trabalho do homem sôbre a terra, sem que o entrelaçamento das vias de comunicação e dos meios de transporte se apóie no conhecimento das zonas e das regiões, bem como das necessidades e proventos peculiares a cada e a tôdas comuns, não pode haver programa político, a ação governamental não se desenvolve, o Estado definha, as populações se estiolam, o desânimo se propaga e a nação se torna presa fácil dos imperialismos latentes, universais*" (ibid.).

No caso em tela, só alcançamos a amplitude da ordem do discurso se nos recordarmos que Fonseca Hermes, ao lado de Raja Gabaglia, integrou a comissão organizadora do X Congresso de Geografia citado no início desta seção, a qual, como expusemos, rejeitava, "ainda que leve ou diretamente, assuntos de política interna ou internacional, questões religiosas, sociais e outras, que [pudessem] suscitar polêmicas ou controvérsias (...)" (RBG, 1941a, n. 3, p.171. Ver, também, RBG 1942 n.3 p.193). Ou seja: se por um lado as regras do discurso geográfico interditavam estudos sobre política nos congressos, por outro militares e representantes do mais alto escalão acentuavam, precisamente, *a politização da geografia através do território* nas páginas da RBG. Afinal, como bem

arguíram Deborah Cowen e Neil Smith, geopolítica não diz respeito apenas a controvérsias interestatais internacionais, mas, também, a questões internas relativas à constituição e ao desenvolvimento das nações (Cowen & Smith 2009). Embora nem sempre empregando o conceito de geopolítica, o caso aqui examinado realça como os discursos agenciando o *território* em nome da unidade nacional estatal representam gesto, por excelência, *geopolítico*. No início do presente artigo, Leite de Castro não se referiu ao Estado Novo como artífice de uma "geopolítica verdadeira, construtiva" ? (RBG1944 n.2 p.297).

Conclusões

Embora o IBGE tenha sido objeto de vários estudos e a RBG venha chamando atenção dos geógrafos desde o final do século passado, sentíamos falta de uma leitura de cunho mais político capaz de mergulhar a revista na tessitura histórica que a engendrou, o período autoritário do Regime Vargas conhecido como Estado Novo. Ao fazê-lo, mostramos tanto o alinhamento do secretário-geral do CNG e editor da RBG, o católico conservador Christovam Leite de Castro, com o *statu quo*, quanto a seção *Noticiário* da RBG servindo como espaço de propaganda dos trabalhos do CNG e de eventos de geografia, mas também do regime ditatorial. Este cenário é inseparável das atividades do DIP, sinistro órgão encarregado de promover a figura de Vargas e suas realizações e censurar seus adversários e cujo diretor, Lourival Fontes, compunha o rol de conselheiros técnicos do CNG na seção dedicada ao Turismo, além de participar de comissões ao lado de geógrafos no Censo de 1940 e no VIII Congresso Brasileiro de Educação em 1942. *Expert* em publicidade e entusiasta do fascismo mussolinista, podemos concluir que Fontes mirava a RBG como um instrumento importante a reforçar a apologia ao Estado dada sua alta tiragem e distribuição no Brasil e no exterior possibilitada pelo financiamento e máquina governamentais. A RBG, a seu turno, via o DIP como um aliado de primeira grandeza na composição das forças políticas que a legitimavam. Em 1941, ela porta, em sua contra-capa, a seguinte marca de confiança e lealdade: "Inscrito no Departamento de Imprensa e Propaganda".

Ainda que tomemos a RBG como um periódico estritamente geográfico e, não raro, como uma antiquada peça de museu (no sentido negativo do termo), tal viés é tão equivocado quanto insuficiente para apreender suas funções de divulgadora do estadonovismo diretamente conectada ao DIP. A RBG é uma revista de ciência, mas, também, uma espécie de jornal. *Ela é, na verdade, um híbrido de natureza moderna e reflete tanto o tipo quanto a necessidade de comunicação da época*, marcada pelo imperativo político de fazer propaganda do regime empregando os mais diversos veículos e linguagens. Em virtude desta característica, acreditamos ser relevante inclui-la na lista não apenas da história da geografia, mas na das políticas culturais do Estado Novo *lato sensu*.

Nessas circunstâncias, a RBG, editada por um órgão estatal subordinado diretamente à presidência da República, o IBGE, sofre o que chamamos "efeito DIP" e passa a determinar seja em

concursos sobre municípios, seja em congressos de geografia, regras e normas para a produção do conhecimento. Com esse procedimento, por nós nomeado de *ordem do discurso geográfico*, a geografia continuava a manter seu prestígio junto ao Estado e, simultaneamente, embargava críticas à ditadura varguista. Por outro lado, essa ordem admite um outro estrato: a instrumentalização do território em prol da identidade, unidade e soberania nacionais elaborada por intelectuais, militares e homens políticos, com destaque para os discursos do Embaixador e presidente do IBGE José Carlos de Macedo Soares. Por meio do território a RBG visa legitimar o regime e, simultaneamente, a disseminação do sentimento nacional. Assim, o caso brasileiro aqui estudado reforça a centralidade da geografia na compreensão do fenômeno do nacionalismo e das comunidades imaginadas. Afinal, o Estado Novo operou intensamente um projeto de mudança de mentalidade a respeito do território – indivisível, nacional e brasileiro e sob a tutela de um Estado forte e centralizador. Por meio de mapas, pinturas e discursos, os intelectuais do Estado promoveram uma simbiose entre geografia e pátria que permanece até hoje. Examinar a RBG significa entender como isso aconteceu e qual a contribuição da geografia nesse processo.

Agradecimentos

Agradeço à recepção calorosa dos colegas quando expus uma primeira versão deste artigo no evento da RGS/IBG em Londres em 2023, bem como ao aprendizado generoso propiciado pelo grupo de pesquisa *Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos* liderado por Orlando de Barros (UERJ) e Thiago Mourelle (Arquivo Nacional). Também aprendi muito com as críticas feitas por Breno Pedrosa (UFRGS) e com as observações de António Ferraz (Universidade de Groningen) e lhes rendo meus mais sinceros agradecimentos. Este trabalho integra os projetos *Centro de cálculo, redes de circulação e história da geografia: o caso da Revista Brasileira de Geografia do IBGE (1939-1996)* e *Circulação científica, modernização geográfica e geopolíticas de tradução no Estado Novo: o caso do Boletim Geográfico (1943-1945)*, financiados respectivamente pela FAPERJ e CNPq.

Referências bibliográficas

Fontes primárias impressas

Revista Brasileira de Geografia. X Congresso Brasileiro de Geografia. *Noticiário*, n.3, p.122-133, 1944.

Revista Brasileira de Geografia. II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, *Noticiário*, n.3, p.96-120, 1944b.

Revista Brasileira de Geografia. Retorno do Brasil ao seio do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, *Noticiário*, n.2, p.295-298, 1944.

Revista Brasileira de Geografia. Novo quadro das circunscrições administrativas e judiciárias do país, *Noticiário*, n.2, p.151-152, 1944a.

Revista Brasileira de Geografia. X Congresso Brasileiro de Geografia, *Noticiário*, n.1, p.134-140, 1943.

Revista Brasileira de Geografia. Concurso de monografias de aspectos municipais, *Noticiário*, n.1, p.144-149, 1943a.

Revista Brasileira de Geografia. X Congresso Brasileiro de Geografia, *Noticiário*, n.2, p.123-139, 1943.

Revista Brasileira de Geografia. X Congresso Brasileiro de Geografia. *Noticiário*, n.3, p.171-184, 1943.

Revista Brasileira de Geografia. Reunião de professores e geógrafos promovida pelo Embaixador Macedo Soares, *Noticiário*, n.4, p.169-172, 1942.

Revista Brasileira de Geografia. X Congresso Brasileiro de Geografia, *Noticiário*, n.3, p.190-195, 1942.

Revista Brasileira de Geografia. V Sessão ordinária de assembléia geral dos Conselhos Nacionais de Estatística e Geografia, *Noticiário*, n.3, p.172-182, 1942a.

Revista Brasileira de Geografia. "Batismo cultural" de Goiânia, *Noticiário*, n.3, p.149-156, 1942b.

Revista Brasileira de Geografia. Oficiais do curso de Estado Maior do Exército em visita ao IBE, *Noticiário*, n.2, p.167-168, 1942c.

Revista Brasileira de Geografia. Sexto aniversário do IBGE, *Noticiário*, n.2, p.146-154, 1942a.

Revista Brasileira de Geografia. Relatório da presidência do IBGE referente ao ano de 1941 apresentado ao chefe de governo, *Noticiário*, n.2, p.134-145, 1942.

Revista Brasileira de Geografia. Viagem do secretário geral do Conselho Nacional de Geografia à Baia, *Noticiário*, n.1, p.172-177, 1942.

Revista Brasileira de Geografia. Batismo cultural de Goiânia, *Noticiário*, n.1, p.191-192, 1942a.

Revista Brasileira de Geografia Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. *Noticiário*, n.4, p.123-125, 1941a.

Revista Brasileira de Geografia. Concurso de monografias descritivas municipais. *Noticiário*, n.4, p.121-123, 1941.

Revista Brasileira de Geografia. Congressos Brasileiros de Geografia, *Comentários*, n.3, p.159-174, 1941a.

Revista Brasileira de Geografia. Posse do Ministro J.S. Fonseca Hermes no diretório Central do CNG, *Noticiário*, n.3, p.198-200, 1941f.

Revista Brasileira de Geografia. Esquema do inquérito a ser realizado com os consultores técnicos nacionais, *Relatórios, resoluções e leis*, n.3, p.259-262, 1941.

Revista Brasileira de Geografia. II Congresso inter-americano de municípios, *Noticiário*, n.3, p.707-708, 1941b.

Revista Brasileira de Geografia. A economia e o estado nas constituições republicanas, *Atividades geográficas*, n.3, p.732, 1941c.

Revista Brasileira de Geografia. Atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Discurso do Embaixador José Carlos de Macedo Soares. *Relatórios, resoluções e leis*, n.3, p.741-748, 1941d.

Revista Brasileira de Geografia. Perspectivas internacionais da Amazônia no 4º século do descobrimento do rio mar, *Atividades geográficas*, n.2, p.470-471, 1941.

Revista Brasileira de Geografia. O restabelecimento do ensino da geografia e da corografia do Brasil como cadeira autônoma, *Comentários*, n.1, p.149-150, 1941c.

Revista Brasileira de Geografia. Representação do Ministério da Guerra no Diretório Central do CNG, *Noticiário*, n.1, p.155-158, 1941e.

Revista Brasileira de Geografia. Exposição nacional do Estado Novo, *Noticiário*, n.1, p.168, 1941a.

Revista Brasileira de Geografia. Curso de férias da Associação Brasileira de Educação, *Noticiário*, n.1, p.164-168, 1941b.

Revista Brasileira de Geografia. Boletins de associações integradas no CNG, *Atividades geográficas*, n.1, p.179-188, 1941.

Revista Brasileira de Geografia. II Congresso Nacional de Hidro-Climatismo, *Atividades geográficas*, n. 4, p.670, 1940.

Revista Brasileira de Geografia. II Congresso Nacional de Hidro-Climatismo, *Atividades geográficas*, n.3, p.500, 1940.

Revista Brasileira de Geografia. Atualidade da cartografia brasileira, *Comentários*, n.3, p.462-470, 1940a.

Revista Brasileira de Geografia. Exposição de mapas municipais, *Comentários*, n.2, p.248-249, 1940.

Revista Brasileira de Geografia. Resolução n.59 de 21 de junho de 1939, *Relatórios, resoluções e leis*, n.1, p.127-129, 1940a.

Revista Brasileira de Geografia. Recepção do IBGE aos srs. governadores e interventores federais, *Noticiário*, n.1, p.93-97, 1940.

Revista Brasileira de Geografia. Atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Relatórios, resoluções e leis*, n.4, p.131-137, 1939.

Revista Brasileira de Geografia. Decreto-Lei n.846, de 9 de novembro de 1938, *Relatórios, resoluções e leis*, n.4, p.142, 1939a.

Revista Brasileira de Geografia. IX Congresso Brasileiro de Geografia, Noticiário, p.125-128, 1939b.

Revista Brasileira de Geografia. Resoluções da segunda sessão da assembléia geral do Conselho Nacional de Geografia, *Noticiário*, n.3, p.136-172, 1939.

Demais referências bibliográficas

Alliès, P. *L'invention du territoire*. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 1980. 192p.

Almeida, M.H.T. de Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: Miceli, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil. Volume 1*. São Paulo: Vértice, p.188-216, 1989.

Almeida, R. S. de *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 712p.

Anderson, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008 [1983]. 330p.

Andrade, O. de *Manifesto antropófago e outros textos*. Penguin & Companhia das Letras, 2017 [1928]. 80p.

Angotti-Salgueiro, H. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil moderno. *Anais do Museu Paulista*, v.13. n.2. p. 21-72. jul.-dez, 2005.

Aquino, A. de O. Contribuições da Revista Brasileira de Geografia e do Departamento de Geografia da USP à ciência geográfica 1939-1956. *Dissertação de mestrado em geografia*, USP, 2016. 218p.

Araújo, R. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (Verbete). In: *Atlas histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1984. Disponível em < atlas.fgv.br/verbete/7791 >. Acesso em 22 jan. 2023.

Barcelos, S. A geografia urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939-1995). *Dissertação de mestrado em Geografia*, UFRJ, 2010. 171p.

Bassin, M. Race contra space: the conflict between German *Geopolitik* and National Socialism. *Political geography quarterly*, v.6, n.2, april, p.115-134, 1987.

Bassin, M. Imperialism and the nation state in Friedrich Ratzel's political geography. *Progress in Human Geography*, v. 11, issue 4, p.473-495, 1987a.

Berdoulay, V. *La formation de l'école française de géographie (1870-1914).* 2e édition. Paris: Éditions du CTHS, 1995 [1981]. 253 p.

Bowman, I. Geography vs. Geopolitics. *Geographical Review*, v. 32, n. 4, Oct., pp. 646-658, 1942.

Camargo, A. de P. R. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 2, n.1, p.23-39, 2009.

Carvalho, J. M. de. *Forças armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019. 320p.

César, T., Pinto, V. Relações de gênero e a Revista Brasileira de Geografia: expressões da tradição geográfica nacional (1939-2005). *GEOUSP*, 22 (2), p.366-379, 2018.

Chartier, R. *Éditer et traduire. Mobilité et matérialité des textes (XVIe-XVIIIe siècle)*. Paris: EHESS, Gallimard et Seuil, 2021. 298 p.

Chauí, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 103p.

Costa Lima, L. *Terra ignota: a construção de* Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 298p.

Cowen, D., Smith, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. *Antipode* 40, pp. 2-48, 2009.

Cunha, E. da *Os sertões*. Edição crítica e organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu/Sesc, 2016 [1902]. 704p.

Daou, A. M. Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: Rosendahl, Z., Correa, R. L. (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 136-162, 2001.

De Luca, T.R. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296, 2011.

De Luca, T.R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005.

Demangeon, A. Géographie politique, à propos de l'Allemagne. *Annales de Géographie*, t. 48, n. 272, pp.113-119, 1939.

Demangeon, A. Géographie politique. *Annales de Géographie*, t.41, n. 229, pp.22-31, 1932.

Detienne, M. *A identidade nacional, um enigma*. Trad. de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 [2010]. 110p.

Dutra, E. de F. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930.* 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 360p.

Dutra e Silva, S., Tavares, G. G., Sá, D. M. de, Franco, J. L. de A. A construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940). In: Dutra e Silva, S., Sá, D. M. de, Sá, M.R. (orgs.). *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPEG, p.63-89, 2015.

Escolar, M. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec. Trad. de Shirley M. Gonçalves, 1996 [1993]. 175p.

Febvre, L. *La Terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire*. Paris : La Renaissance du Livre, 1922. 471p.

Ferraz, A. Territory and theory in political geography, c.1970s–90s: Jean Gottmann's The Significance of Territory. *Territory, Politics, Governance*, v.9, issue 4, p.553-570, 2021.

Foucault, M. Dialogue sur le pouvoir. In: Foucault, M. *Dits et écrits III*. Paris: Gallimard, p.465-77, 1994 [1978].

Foucault, M. *A ordem do discurso*. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008 [1971]. 79p.

Foucault, M. *A arqueologia do saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000 [1968]. 239p.

Fraga, A.B. *O Brasil tem asas: a construção de uma mentalidade aeronáutica no governo Vargas*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado em História, 2017. 418p.

Freitas, L. de B. Sá Filho, Francisco. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (DHBPR),* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1984. Disponível em < https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/1%20Verbetes%20letra%20S.pdf >. Acesso em 22 jan. 2023.

Garfield, S. Tapping Masculinity: Labor Recruitment to the Brazilian Amazon during World War II. *Hispanic American Historical Review*, 86:2, p.275-308, 2006.

Geary, P.J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo.* São Paulo: Conrad, 2005 [2002]. 223p.

Gomes, M. do C. A. Territórios em disputa: escritos geográficos e cartografias brasilianas. In: Dutra, E. de F. (org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente.* Belo Horizonte: Autêntica, p.255-278, 2013a.

Gomes, A. M. de C. População e sociedade. In: Gomes, A. M. de C. (coord.). *Olhando para dentro (1930-1964).* Rio de Janeiro/Madrid: Objetiva/Fundación Mapfre, p.41-89, 2013.

Gomes, A. M. de C. *História & historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. 220p.

Gomes, A. M. de C. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: Oliveira, L. L., Velloso, M. P., Gomes, A. M. de C. (orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar, p.151-166, 1982.

Grecco, G. de L. *Palavras que resistem. Censura e promoção literária na ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945).* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021. 187p.

Huerta, A. Geografia: une expérience éditoriale transnationale aux premiers temps de L'Université de São Paulo et de L'Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Revista História* (São Paulo), v. 38, p.1-14, 2019.

Lamego, M. Geographies of quantitative geographies in Brazil: two versions of a revolution. In: Michael, B., Gyuris, F., Paulus, K. (Edited by). *Recalibrating the quantitative revolution in geography. Travels, networks, translations*. London and New York: Routledge, p. 30-44, 2022.

Lima, N.T. *Um sertão chamado Brasil*. 2ª ed. aumentada. São Paulo: Hucitec, 2013. 369p.

Livingstone, D. N. *The geographical tradition*. Oxford: Blackwell, 1992. 434p.

Mackinder, H.J. The teaching of geography from an imperial point of view, and the use which could and should be made of visual instruction. *Geographical Teacher*, 6, p.79-86, 1911.

Maia, J.M.E., Almeida, T. F. de. Estado e políticas territoriais na Era Vargas (1930-1945). In: Vannucchi, M.A., Abreu, L.A. de (orgs.). *A Era Vargas (1930-1945)*. Vol. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.159-186, 2021.

Maia, J.M.E. As idéias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *Dados*, v. 53, p. 621-655, 2010.

Maia, J.M.E. *A terra como invenção*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 223p.

Malavota, L.M. (org.) *Christovam Leite de Castro e a Geografia no Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE, Documentos para disseminação, Memória Institucional 18, 2013. 323p.

Mesquita, G. *Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade*. São Paulo: Global, 2018. 239p.

Miceli, S. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: Miceli, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil. Volume 1*. São Paulo: Vértice, p.72-109, 1989.

Mignolo, W. D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, pensamento liminar e saberes subalternos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003 [2000]. 511p.

Morais, F. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985. 259p.

Murari, L. *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922).* São Paulo: Alameda, 2009. 474p.

Oliveira, T. P.P. de Desbravar, mapear e integrar os sertões: discursos geográficos sobre o Nordeste brasileiro (1939-1964). *Tese em Geografia*, UFRJ, 2017. 579p.

Oliveira, M. C. C. de. Tradução & gênero: tradutoras brasileiras das décadas de 1930 e 1940. In: Amorim, L. M., Rodrigues, C. C., Stupiello, É. N. de A. (orgs). *Tradução &: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, pp. 123-153, 2015.

Oliveira, L. L. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: Bomeny, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 37-58, 2001.

Ozouf-Marignier, M-V. Um domínio contestado: a geografia psicológica no tempo de Pierre Monbeig. In: Angotti-Salgueiro, H. (org.). *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru/São Paulo: Edusc, p.57-85, 2006.

Pandolfi, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. 345p.

Pechman, R. Leite de Castro. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (DHBPR),* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1984. Disponível em <
https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Leite%20de.pdf>. Acesso em 16 jan. 2024.

Penha, E.A. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, Documentos para Disseminação - Memória Institucional, 1993. 124p.

Ratzel, F. The laws of the spatial growth of states. In: Kasperson, R.E., Minghi, J.V. (eds.). *The structure of political geography*. London/New York: Routledge, p.17-28, 2011 [1896].

Ribeiro, G. Translation of quantitative geography in the Brazilian journals: the cases of the Boletim Geográfico (1966-1976) and Revista Brasileira de Geografia (1970-1982). In: Michael, B., Gyuris, F., Paulus, K. (Edited by). *Recalibrating the quantitative revolution in geography. Travels, networks, translations*. London and New York: Routledge, p. 45-64, 2022.

Ribeiro, M. B. P. A mudança da capital em debate nos artigos da Revista Brasileira de Geografia e do Boletim Geográfico (1938-1964). *Dissertação em Geografia*, Universidade Federal de Uberlândia, 2015a. 159p.

Rodrigues, C. C. O papel da tradução na pesquisa científica brasileira: primeiros movimentos. *Tradução em revista*, 1, p.1-13, 2010.

Santos, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007 [2000]. 416p.

Santos, L.C.V. G. *Euclides da Cunha: uma biografia*. São Paulo: Todavia, 2021. 432p.

Santos, L.C.V. G. *Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 560p.

Santos Filho, J. dos. O turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda. *Cultur – Revista de Cultura e Turismo*, n.2, jul., p.102-115, 2008.

Senra, N. de C. (org.) *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, CDDI, 2016. 536p.

Skidmore, T. E.. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1967]. 483p.

Smith, N. *American empire: Roosevelt's geographer and the prelude to globalization*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003. 557p.

Smith, W. D. *Politics and the science of culture in Germany, 1840-1920*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1991. 298p.

Sousa, A. N., Vaz, C. B. N. (orgs.). *A geografia no alvorecer da República: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019. 346p.

Velloso, M. P. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: Oliveira, L. L., Velloso, M. P., Gomes, A. M. de C. (orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar, p.71-108, 1982.

Vidal de la Blache, P. La France. Tableau géographique. In: RIOUX, Jean-Pierre. *Tableaux de la France. Michelet, Duruy, Vidal de La Blache et Bruno*. Paris: Omnibus, p.327-783, 2007 [1903].

Vieira, A. P. L. *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História, Unirio, 2019. 248p.

SOBRE OS AUTORES

Guilherme da Silva Ribeiro - Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui Licenciatura Plena em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998-2002), mestrado (2002-2004) e doutorado (2005-2008) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e pós-doutorado (2011-2012) em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: geofilos@msn.com

Data de submissão: 3 de agosto de 2024

Aceito para publicação: 30 de setembro de 2024

Data de publicação: 18 de outubro de 2024